

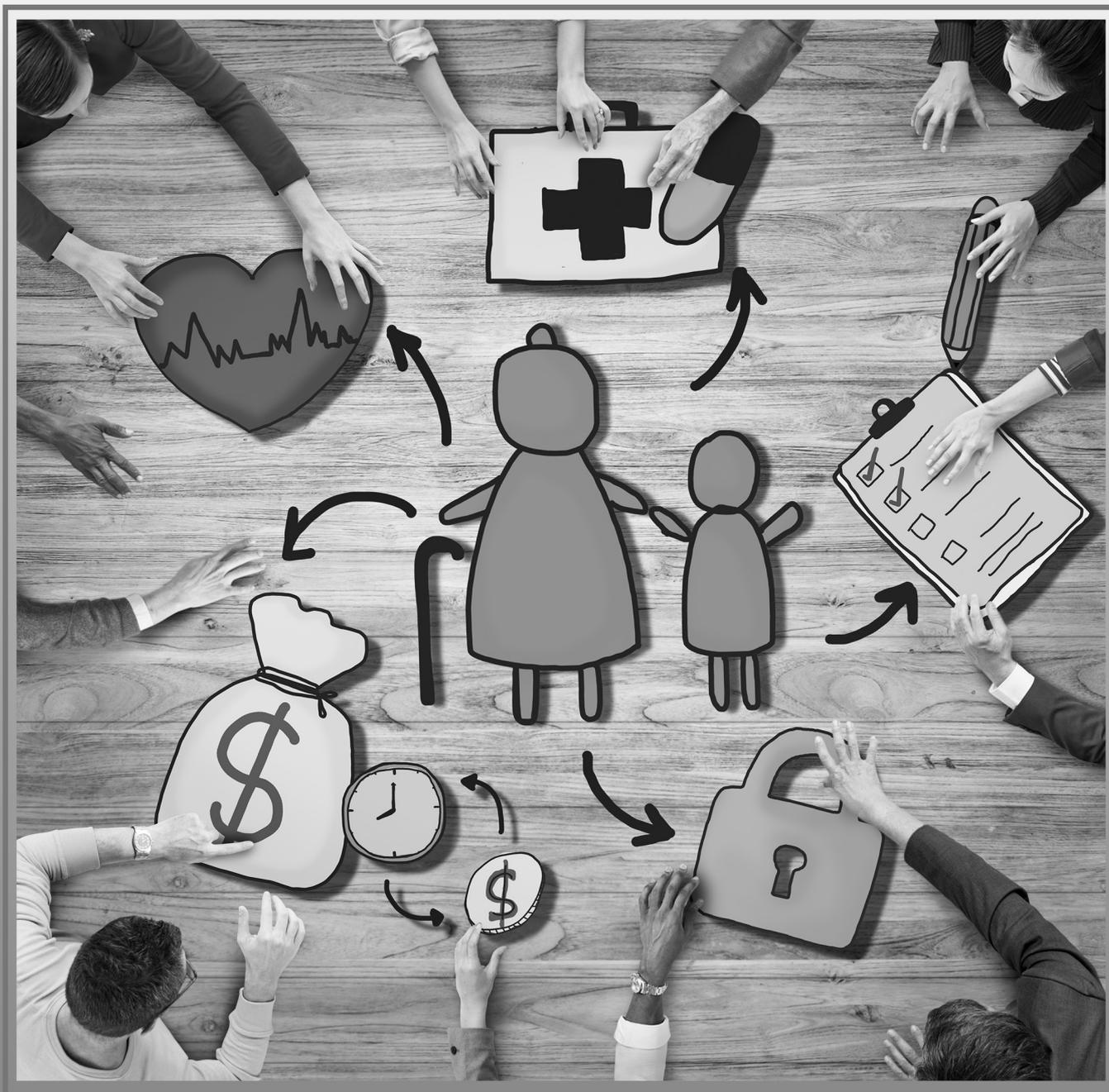


# Processos de Subjetivação no Serviço Social

## 4

Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)

**Atena**  
Editora  
Ano 2020



# Processos de Subjetivação no Serviço Social

## 4

Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)

**Atena**  
Editora  
Ano 2020

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

**Edição de Arte** Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Revisão** Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

# Processos de subjetivação no serviço social

4

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário:** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo  
**Edição de Arte:** Luiza Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Thaislayne Nunes de Oliveira

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P963 Processos de subjetivação no serviço social 4 [recurso eletrônico] /  
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR:  
Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-234-0

DOI 10.22533/at.ed.340202907

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços  
sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

  
**Ano 2020**

## APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: ASPECTOS DA RESPONSABILIZAÇÃO FAMILIAR	
Eugênia Aparecida Cesconeto	
Monica Pereira	
Wanderléia Pereira Gomes Gaidarji	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3402029071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES FRENTE A MEDIDA PROTETIVA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADOLESCENTES	
Jociane Souza da Silva	
Rodrigo de Oliveira Bastos Trotta	
Victor Tavares Batista	
Simone Silva	
Bruno Xavier Campos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3402029072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>21</b>
A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E AS FACÇÕES DO TRÁFICO DE DROGAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA	
Alice Mendes Rodrigues da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3402029073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>29</b>
RESPONSABILIZAÇÃO ESTATAL E ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO: UM OLHAR AO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS	
Franciele Theves da Rosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3402029074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>42</b>
O TRABALHO INFANTIL E O TRÁFICO DE DROGAS: UMA RELAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS	
Luciano Aparecido Pereira Junior	
Regina Célia de Souza Beretta	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3402029075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>54</b>
PROTOCOLO TÉCNICO-OPERATIVO DE ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS NA REDE SOCIOASSISTENCIAL	
Marlí Elisa Nascimento Fernandes	
Ilka de Fátima Santana Ferreira Boin	
Maria Lúcia Martinelli	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3402029076</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>66</b>
FAMÍLIAS COMO FOCO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - UMA PROPOSTA DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
Ana Paula Ferreira dos Santos Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3402029077</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>76</b>
FAMÍLIA E SERVIÇO SOCIAL: NO DESAFIO DO FORTALECIMENTO DAS REDES PRIMÁRIAS DE PROTEÇÃO SOCIAL	
Débora Holanda Leite Menezes Maurício Caetano Matias Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3402029078</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>87</b>
A PERCEPÇÃO DO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS A PARTIR DA ATUAÇÃO EM ENTIDADE SOCIOASSISTENCIAL NO RIO DE JANEIRO	
Patrícia Quinto Santos de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3402029079</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>99</b>
PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MÃES ADOLESCENTES ATENDIDAS NA “ALA SANTANA” – MATERNIDADE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
Amanda dos Santos Silva Midiã Olivia Bentes Sant'ana Priscila Elen Souza Oliveira Yasmin Thais Soares da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34020290710</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>112</b>
RECORTES SÓCIOS HISTÓRICOS DAS DIFICULDADES VIVENCIADAS PELAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO EM TEMPOS DE CAPITALISMO	
Francisco das Chagas dos Santos Alves Aldení Gomes de Araújo Júnior Luan Alexandre da Silva Dantas Vanessa Amancio da Silva Hiorrana Larissa da Silva Flaviana Fernandes Martins Mariana Dantas Maria do Rosário Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34020290711</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>122</b>
O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL: ALGUMAS EXPLICAÇÕES TEÓRICAS	
Jailma da Costa Batista Ranyellen Félix de Souza Felicidade Dayana Monteiro Dias Andressa Cassiano de Araújo Francely dos Santos Moura	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34020290712</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>132</b>
TRÁFICO DE DROGAS E O CRESCENTE APRISIONAMENTO DE MULHERES NO BRASIL	
Gláucia Maria Ribeiro de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34020290713</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>141</b>
DESCOBRINDO A DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER	
Maria Auxiliadora de Castro Coutinho	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>149</b>
MULHERES QUE COMETEM CRIMES: VÍTIMAS OU CULPADAS? AS MARCAS DA INSERÇÃO FEMININA NO SISTEMA PRISIONAL	
Priscilla Brandão de Medeiros Kaedna Coleta Araújo Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34020290715</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>161</b>
ENTREGA VOLUNTÁRIA EM ADOÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE SANTO AMARO	
Ana Lucia Oliveira Ramos Michelle Cavalli	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34020290716</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>175</b>
ENVELHECIMENTO, TRABALHO E APOSENTADORIA: EXPECTATIVAS E PLANEJAMENTO PARA A VIDA PÓS-TRABALHO	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34020290717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>193</b>
ENVELHECIMENTO E A PROTEÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Solange Maria Teixeira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34020290718</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>205</b>
O BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO IDOSO: DO RECONHECIMENTO À NEGAÇÃO	
Pamalla Sheron Gomes de Mendonça	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34020290719</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>215</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>216</b>

## MULHERES QUE COMETEM CRIMES: VÍTIMAS OU CULPADAS? AS MARCAS DA INSERÇÃO FEMININA NO SISTEMA PRISIONAL

Data de aceite: 01/07/2020

### **Priscilla Brandão de Medeiros**

Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGSS/UFRN  
Natal/RN

ORC ID: 0000 – 0003 – 2183 – 6141

### **Kaedna Coleta Araújo Silva**

Faculdade Católica Santa Teresinha – FCST  
Caicó/RN

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0535003146815171>

**RESUMO:** O objetivo desse trabalho é analisar a inserção das mulheres no sistema prisional do Seridó, mediante apreensão crítica da realidade que estão imersas. Faz-se necessário compreender as relações sociais e desiguais de gênero e os reflexos das expressões da questão social presentes nesse universo. Assim, são apresentadas contribuições críticas relacionadas às marcas de gênero no ambiente prisional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sistema prisional; Mulheres; Questão Social; Sistema Capitalista.

### WOMEN WHO COMMIT CRIMES: VICTIMS OR GUILTY? THE MARKS OF FEMALE INSERTION IN THE PRISON SYSTEM

**ABSTRACT:** The objective of this work is to analyze the insertion of women in the prison system of Seridó, through a critical apprehension of the reality that are immersed. It is necessary to understand the social and unequal relations of gender and the reflections of the expressions of the social question present in this universe. Thus, critical contributions related to gender marks in the prison environment are presented.

**KEYWORDS:** Prison system; Women; Social issues; Capitalist System.

### INTRODUÇÃO

De acordo com o Levantamento de Informações Penitenciárias – INFOPEN (2014), a população carcerária do Brasil está entre as maiores do mundo, sendo o 4º país na colocação mundial, ficando atrás somente dos Estados Unidos, China e Rússia. É também o 5º país que mais prende mulheres, ficando atrás somente dos Estados Unidos, China, Rússia e Tailândia. Atualmente existem em torno de 700 mil presos no país, população

essa que vem aumentando intensamente, o que justifica a necessidade de pesquisa nessa área.

Feito esse apanhado categórico, cabe discorrer que a necessidade de analisar e refletir sobre esse tema é significativa para a sociedade contemporânea, uma vez que a realidade prisional está sucateada, as cadeias são superlotadas, há más condições de saúde, higiene e alimentação. São desumanas as condições de sobrevivência dos/as presos/as no Brasil, sendo uma negação dos direitos humanos, além de serem privados de liberdade, também os privam dos seus direitos, pois nota-se que há ausência de dignidade nos presídios do Brasil.

O contexto histórico das mulheres é marcado por discriminações sociais de gênero, estas eram subjugadas como inferiores, incapazes e tidas como pacíficas e, conseqüentemente, como menos violentas. Por isso, o aumento da inserção das mulheres ao crime causa desconforto na sociedade e aqui cabe o questionamento: se as mulheres que tem “bom” comportamento já sofrem com as formas de opressão/exploração do sistema patriarcal, o que não passam as mulheres encarceradas?

Então, os tópicos a seguir trará reflexões acerca da inserção das mulheres no sistema prisional, as realidades vivenciadas pelas mesmas e os reflexos das expressões da questão social intrínsecas ao sistema capitalista respaldas no cárcere.

### **O sistema prisional brasileiro: entre o caráter punitivo e o retorno a sociedade**

O sistema prisional brasileiro encontra-se em crise, isto porque os inúmeros problemas que o cercam tem apenas se aguçado ultimamente, pode-se comprovar isto através dos dados de aumento de pessoas encarceradas e a não efetividade na diminuição da criminalidade.

Segundo o Terceiro Relatório Nacional de Direitos Humanos , de 2002 para 2005, a taxa de encarceramento no país aumentou de 178,3 presos por 100 mil habitantes para 198,3 (um aumento de 9,2%), sendo registrados aumentos de 33,9% na região Norte, de 29,8% no Centro-Oeste, de 24,8% no Sul e de 23,1% no Nordeste.

O Estado quer repassar a ideia de que a repressão e a punição são os melhores caminhos para a manutenção da ordem da sociedade ou para ter uma vida na qual se possa viver “livremente” sem medo. No entanto, as cadeias estão gradativamente recebendo mais pessoas, gerando inchaço dentro das mesmas, péssimas condições estruturais, insalubridade, doenças, entre outros, e o número de crimes cometidos não é reduzido. O que se faz pensar: será que esse é realmente o caminho pelo qual é possível reduzir a criminalidade?

Existe então uma cultura que afirma que a violência é a única capaz de resolver todo o problema, incentivando assim a alienação onde às pessoas creem que “bandido bom, é bandido morto”, violência essa percebida em confrontos entre policiais e traficantes, como também dentro das próprias cadeias, já que esta ainda é silenciosamente utilizada para repreender as pessoas em privação de liberdade, nesses casos a polícia é constantemente

defendida pela sociedade, esta, por sua vez, não deve ser apenas culpabilizada, pois na sua própria formação são incentivados ao uso da força e violência, como também são cobrados a isso até pela população.

É interessante compreender que essa violência poderia ser combatida através de políticas públicas de caráter protetor, visto que por meio destas a crescente da violência diminuiria, conjuntamente também faz-se necessário que a população carcerária tenha acesso, em oposição ao que gera uma política cada vez mais repressiva, conseqüentemente acentuando a violência dentro das instituições carcerárias. Entretanto, o discurso neoliberal aponta as políticas sociais como algo negativo para os cofres públicos do Estado, afirmando muitas vezes como gasto desnecessário, por isso o enxugamento no que diz respeito as mesmas, como também está presente o caráter paliativo e seletivo.

Além disso, cabe analisar a economia do crime que tem como principal referência Gary Becker (1968), de forma sucinta este afirma que a pessoa que comete crime o faz porque compara os meios legais e ilegais para obtenção de lucro e percebe que através de crimes os resultados são atingidos em pouco tempo e sem investir muito, apesar do risco que sofrem como a prisão e até a morte o rendimento é maior que em trabalhos formais. O autor afirma então que, na visão do criminoso, o crime compensa e para o Estado os custos para reprimi-lo é altíssimo.

Sendo assim, em meio ao neoliberalismo cabe frisar que a penitenciária é uma instituição que gera lucro ao capital mesmo que indiretamente por diversos caminhos, seja pelo tráfico de drogas, seja pelo comércio oculto desenvolvido não só pelos/as presos/as, mas também através de obras privatizadas nos presídios e investimentos em meios repressivos e punitivos. Comércio este que vai desde a venda e compra de alimentos até utensílios mais simples como esmaltes, roupas, aparelhos celulares, entre outros. Alguns que até deveriam ser fornecidos pelo Estado por direito dos/as mesmos/as, porém este não proporciona se quer o acesso ao básico, demonstrando mais uma vez a ausência de políticas públicas de permanência no sistema prisional que dê acesso à serviços básicos necessários para uma sobrevivência digna que é direito de todo e qualquer cidadão e o Estado nega, desresponsabilizando-se.

De fato, o caminho a ser percorrido não é o relatado acima, a gênese do problema não está na moral dos sujeitos, de acordo com o que é perpassado, e sim nos problemas sociais desiguais intrínsecos na ordem societária capitalista como fome, desemprego estrutural, não acesso a educação, falta de moradia e outros.

Isso porque é interesse do capital que existam pessoas que cometam crimes, que sejam pobres, que sejam julgadas como inferiores ou até que digam que algumas pessoas estão nessa situação porque querem e que se procurassem melhorias conseguiriam mudar de vida ou que dependem apenas deles mesmos. Pois, procura-se neutralizar a população tida como desnecessária ao capital (Bauman, 1999).

A criminalização da pobreza é exemplo disto, porque assim algumas pessoas

são penalizadas apenas por estarem inseridas numa classe social que é usada apenas como força de trabalho barata necessária para o processo de acumulação da riqueza socialmente produzida, ou seja, são descartáveis, estes então não têm acesso ao que produzem, o lucro fica apenas para uma pequena parcela da população detentora do poder, sendo o confinamento uma alternativa para as mesmas.

Esse controle das classes exploradas exercido pelo capital ocorre desde o surgimento das relações capitalistas, ou como Marx (1985) aponta desde a acumulação primitiva e com a dinamicidade histórica e o incremento do neoliberalismo e os processos de contrarreforma, que de modo geral propunha a redução dos gastos sociais – Estado mínimo -, o individualismo, a não intervenção estatal, propõe privatizações e flexibilizações. Essas estratégias capitalistas apenas se acirram atualmente e aumentam as desigualdades sociais, resultando em novas expressões da questão social refletida nas classes subalternas.

Ademais, outro agravante é que o processo de ressocialização é abandonado pelo Estado, ou seja, não se dá ao preso/a o apoio necessário para (re)integrá-lo na sociedade. Este/a sai do cárcere sem ter oportunidade de emprego, local para morar ou comer e isso corrobora para reincidência no crime. Acaba se tornando um “ciclo vicioso”, no qual é cada vez mais difícil de sair, seja pelas faltas de oportunidades ou pelas cobranças/ameaças obtidas no envolvimento com organizações criminosas.

Apresentada essa discussão, percebemos que a prisão é tida como a “solução” para a criminalidade passa a ser também o que impulsiona a mesma, “porque faz existir o criminoso antes do crime” (Foucault, 2010, p. 211), já que muitas vezes pessoas que cometeram crimes leves acabam se envolvendo com pessoas que cometeram crimes mais graves. Isto posto:

A punição vai-se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal, provocando várias consequências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata; sua eficácia é atribuída à sua fatalidade não à sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens. (Foucault, 1988, p. 13)

Então o objetivo da punição e da repressão utilizados predominantemente também é fazer com que as pessoas temam-as antes de cometer crimes, o que igualmente se mostra falho. Pode até fazer com que, junto com as péssimas condições de vida dentro das cadeias, os/as presos/as repensem o/os crime/s cometido/s, mas por outro lado traz a revolta deles para com o sistema prisional e tudo o que o cerca como o aparato policial e até o Estado.

O discurso burguês afirma que o sistema penal “protege do crime”, mas este tem como principal objetivo apenas reprimir os que ameaçam a propriedade privada e os meios de acumulação de sua riqueza.

Desta maneira, a intenção é encontrar diferentes alternativas das que já estão

utilizadas para pessoas que cometem crimes, posto que o isolamento em cadeias faz com que essas percam não só a liberdade, esta tida como direito fundamental o que ataca de forma direta os direitos humanos, mas também outros direitos como a igualdade.

### **Quais direitos para quais humanos? Analisando a complexidade em torno da efetivação dos Direitos humanos no sistema prisional**

O contexto da crise do sistema prisional faz-se afirmar que uma das suas principais causas é a política neoliberal, visto que esta busca crescentemente por desenvolvimento econômico produz um Estado Mínimo voltado para os direitos sociais. Assim, se os direitos inerentes aos seres humanos são enxugados/negados pelo aparelho estatal, cabe pensar esses direitos em relação às pessoas privadas de liberdade. Será que estão de fato sendo concedidos?

De acordo com o artigo 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, marco inicial, “Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”, então o confinamento em si já pode ser traduzido em um ataque aos direitos tidos como fundamentais.

As dificuldades não só de efetivação, mas também de entendimento do que significa esses direitos, está muito relacionado ao contexto histórico no qual o sistema capitalista vem se intensificando, com estratégias neoliberais e o processo de contra-reforma que não trouxe mudanças positivas ao âmbito social, houve, na verdade, retrocessos aos direitos arduamente conquistados através de anos de luta.

Nessa dinâmica histórica na qual o sistema capitalista vem se desenvolvendo, são inúmeros os ataques aos direitos humanos, aqui pode-se entender para além do que se ocorre no cotidiano dos sujeitos - levando em consideração suas particularidades - as guerras entre nações por poder econômico, desrespeito à natureza com desmatamento e poluição do ar e da água, caça de animais, dentre outros o que podemos ainda destacar aqui no Brasil foi a ditadura militar ocorrida no ano de 1964 onde se torturou milhares de pessoas e vários direitos foram retirados, significando assim um retrocesso no que diz respeito aos direitos sociais. Só através da articulação e luta da classe trabalhadora que esses direitos foram sendo garantidos, efetivados assim na Carta Magna.

A constituição federal é promulgada em 1988 e elenca vários direitos, podendo ser considerada um avanço, porém em 1990 ocorre o avanço do neoliberalismo que agride diretamente os mesmos, conseqüentemente as expressões da questão social são aguçadas e para tanto tomaram-se medidas para combatê-las, dentre elas destaca-se o Welfare State ou Estado de bem estar social, que de fato não ocorreu no Brasil e que nada mais representava do que uma tentativa de agregar os interesses de acumulação do capital com a diminuição das desigualdades sociais (Behring e Boschetti, 2011).

Assim, torna-se possível compreender que os ataques e a negação de direitos faz parte da estratégia de manter a hegemonia burguesa e excluir aqueles/as tidos como

“descartáveis”, ou seja os que são utilizados apenas como mão de obra no processo de acumulação capitalista. No entanto, esse processo é invisibilizado através da alienação dos sujeitos que está intrínseco a sociedade burguesa, estes são educados para ser submissos, passa então a ser uma relação de consequência, pois o que propagado pela ideologia da estrutura (do capital) é apreendido pelo sujeito. Assim, a liberdade, direito tido como fundamental, é inalcançável na ordem capitalista para todo e qualquer cidadão, visto que “o homem que oprime e explora outro homem não pode, mesmo individualmente, ser livre” (Lukscás, 2007)

Diante dessas afirmações, a cidadania posta no capitalismo está relacionada ao consumo, o sujeito passa a valer o que tem, ou seja é a cidadania tida como formal, onde se torna cidadão pelo trabalho e pela capacidade que se tem – então pessoas que cometem crimes já estão excluídos dessas imposições -, assim não se tem uma cidadania efetiva/plena posta pelo marxismo, observa-se o imobilismo, ou seja, o apego ao tradicional e o conservadorismo, uma vez que os direitos são usados pela burguesia para dar legitimidade a forma de exploração e subordinação burguesa.

As normativas, como a Declaração universal, trouxe avanços, porém não se pode cair na ilusão jurídica de que tudo pode e será resolvido de acordo com as leis, primeiro porque nem tudo é cumprido efetivamente e segundo, essas estão organizadas estrategicamente para favorecer a classe dominante. A cidadania defendida por Marx é aquela que torna o homem um ser humano genérico e isto só é possível em outra forma de sociabilidade, na qual se torne possível a emancipação humana. Isto posto, a cidadania tem que ser construída coletivamente, alcançando os princípios de universalidade, singularidade e particularidade.

Constata-se que o indivíduo na sociedade capitalista tem que submeter a sua liberdade a processos de despossessão, portanto, a uma moral burguesa de característica heterônoma. Assim, pode-se considerar que esta sociedade é estruturalmente desumana e antiética.

É, pois, indispensável pensar nas especificidades das mulheres que estão inseridas no sistema penal associando ao macroestrutural, uma vez que estas também fazem parte da classe trabalhadora explorada e subordinada aos mandos do capital. Assim, a luta pela efetivação dos direitos humanos se dá a cada dia, é diária, devem ser buscados a cada dia, uma vez que a negação desses pode ser percebida desde guerras até em espaço doméstico, já que há crescentes casos de abusos e violência física, psicológica, patrimonial, obstétrica, entre outros.

No âmbito internacional o material que representa uma maior conquista no que diz respeito aos direitos humanos para mulheres é a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), de 1979 e no Brasil pode-se considerar a Constituição Federal de 1988 porque significou um avanço na busca pela igualdade de gênero - apesar desta não ser possível na forma de socialabilidade vigente –

presente no artigo 5º inciso I do texto.

De fato, essas conquistas expressaram mais um objetivo alcançado na busca pela eliminação das formas de desigualdades de gênero, mas a luta ainda é árdua, as mulheres brasileiras continuam sofrendo com os reflexos dessa diferença entre os sexos e a distância entre o que está posto em lei e o que de fato acontece é enorme e só diminuirá com a articulação das mulheres em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

### **“A feminização das celas”: como entender essa inserção a partir das expressões da questão social**

Tanto as mulheres como os homens são sujeitos sociais e estão imersos na relações sociais (desiguais) presente no capitalismo, então é imprescindível entender que assim como os homens as mulheres também cometem crimes, uma vez que elas não estão distantes dos reflexos do crime na sociedade e conseqüentemente são, mais uma vez, duplamente julgadas: por serem mulheres e por estarem ocupando um lugar masculinizado. Por esta razão e por ter poucos estudos acerca do tema, para o senso comum o número de mulheres que estão sendo inseridas no crime é inferior ao número de homens:

No entanto, a taxa de encarceramento feminino cresceu 135,37% entre 2000 e 2006, número muito superior ao crescimento do encarceramento masculino, que no mesmo período sofreu um incremento de 53,36% (BRASIL, 2012). O crescimento da população feminina é um fenômeno recente e aponta para a necessidade de estudos que considerem a perspectiva de gênero no ambiente prisional, garantindo que não haja a invisibilidade das necessidades e direitos das mulheres presas. (FRANÇA, 2014, p. 213)

Isto posto, também está ocorrendo a feminização do sistema prisional, então faz-se necessário levar em consideração as particularidades e singularidades femininas não só na sociedade, mas também dentro das cadeias, uma vez que as mesmas possuem várias especificidades, muitas vezes são mães solteiras e obrigadas a sustentar o lar ou estão grávidas, amamentando, além de precisarem dar atenção a saúde sexual pouco retratada na atualidade.

Com relação à história da mulher criminosa, só iremos presenciar os primeiros sinais por volta do século XI, momento em que se constata a desobediência da mulher à lei. Evidentemente que a mulher já havia delinquido antes, no entanto, é somente neste período, que a delinquência feminina assume características específicas até então inexistentes nas sociedades da época. (FRANÇA, 2014, p. 213)

Por outro lado, a dinamicidade histórica da sociedade capitalista transformou o contexto social e econômico no qual a mulher é inserida. O desenvolvimento deste sistema trouxe conseqüências como a precarização da condição de vida, desemprego estrutural, fome, miséria, falta de moradia e, com isso, subentende-se que há o agravamento da questão penitenciária como também da mulher presa, então estas mulheres são na verdade vítimas do capital e julgadas como piores se comparado aos homens que rompem com as regras legais, pois na “natureza” feminina não cabe o cometimento de crimes e sim as “boas” maneiras impostas socialmente.

Desta forma, a discursão acerca do tema é indispensável, uma vez que está posto no artigo 5º da Constituição Federal de 1988 que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se (...) a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” quando de fato a igualdade entre os sexos está realmente distante de ocorrer na ordem societária vigente. É essencial enxergar as péssimas, e até desumanas, condições na qual essas mulheres vivenciam cotidianamente e lutar por uma sociedade livre de todas as formas de opressão e exploração do homem por outro homem, compreender que a emancipação humana não é possível na lógica capitalista e por fim, na perspectiva de gênero aceitar que:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre macho e o castrado, que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1949, p. 11)

Uma vez que o sexo biológico não deve definir o que se pode ou não fazer, ser, vestir, falar, agir. Nenhuma mulher nasce com todas essas definições estabelecidas, as sociedades, que possuem culturas específicas, que as moldam de acordo com os seus interesses, nesse caso a ordem societária capitalista imprime as características necessárias a sua continuidade. No entanto, existem outras formas de sociabilidade onde as mulheres também são submissas e oprimidas, como em outros países, no caso da Índia essas tem que manter o corpo coberto e o casamento é determinado pelos familiares, além de relatos de trabalho escravo, o que demonstra sua total sujeição aos mandos culturais, há também diversas formas de opressão contra mulheres em tribos indígenas e, levando em consideração o tema desse trabalho, não seria justo falar de subordinação das mulheres sem tocar na dominação que essas sofrem não só dentro do cárcere, mas em todos os espaços que ocupam na sociedade capitalista tendo em vista o acirramento da questão social.

A raiz da questão social está estritamente ligada à desigualdade causada pelo capitalismo, isto porque a mesma é indissociável desse sistema. Assim :

A questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. (Iamamoto, 2015, p. 156).

Por isso, a questão social tem como base a disputa entre projetos societários antagônicos que defendem diferentes interesses, essa não representa uma nova questão social em virtude do seu aguçamento, são novas expressões da mesma geradas pela intensificação do modo de produção e reprodução capitalista, obtém apenas “novas roupagens” (Iamamoto, 2015) presentes também no cárcere privado.

Sendo assim, é uma armadilha do capital individualizar as situações e culpabilizar os sujeitos, atribuindo ao pessoal/individual determinações estruturais da sociedade burguesa. As pessoas em privação de liberdade não estão livres desse fenômeno, especialmente

as mulheres, estas também são vítimas das desigualdades sociais, econômicas, políticas que assolam a contemporaneidade.

Quando se fala sobre o sistema penal imagina-se primeiramente a figura do homem, pobre e negro, mas o número de mulheres encarceradas é oculto, pouco estudado e analisado. No entanto, fato é que este dado é crescente no Brasil, de acordo com o InfoPen em 2012 o número de mulheres presas chegava a 35.039, na região Nordeste a população carcerária feminina crescia 28% nos últimos três anos.

Se os homens em privação de liberdade sofrem com a negação de direitos, as mulheres nessa situação então chegam a ser ainda pior por ter suas particularidades e individualidades, como a gestação e a maternidade, violadas de várias maneiras.

A condição na qual as mulheres estão detidas é diferente da realidade vivenciada pelos homens, porque para além do que se falta em relação ao necessário para que o sistema penal possibilite o acesso aos direitos dessas pessoas, não se tem uma política pública efetiva para mulheres encarceradas, apesar de alguns avanços como as lei nº 11.942/2009 que assegura assistência as mães presas e aos recém-nascidos, a lei nº 12.121/2009 que garante que apenas agentes penitenciário do sexo feminino possam fazer o efetivo de segurança, entres outras.

Contudo, a mulher se torna ainda mais invisível quando se encontra encarcerada, o que gera a intensificação da desigualdade de gênero não só em meio a sociedade brasileira, mas principalmente dentro das cadeias, submetidas as péssimas condições de insalubridade, ao não acesso a saúde, a alimentação adequada e ao processo de educação e trabalho. Sendo assim:

As violações contra os mais diversos direitos das mulheres encarceradas, que são cotidianamente promovidas pelo Estado brasileiro, afrontam não apenas as recomendações, tratados e convenções internacionais (como as Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos), mas a própria normativa nacional que, a partir de estatutos legais e da própria Constituição Federal, reconheceu um extenso rol de direitos e garantias às pessoas privadas de liberdade no país. (Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil, 2007, p.7)

E pode se afirmar que até se fala em melhorias em relação ao sistema prisional, mas quando ocorre estas são reduzidas ao melhoramento das condições físicas/estruturais das cadeias e foca apenas na população carcerária masculina. É nítido então que o Estado não só nega, como também deixa de reconhecer os direitos das mulheres em privação de liberdade.

Um dos problemas que dificulta ainda mais o acesso aos direitos para pessoas em privação de liberdade, especificamente as mulheres, é o não estudo a cerca dessa questão. É um tema pouco analisado atualmente, o que impede de gerar soluções estratégicas adequadas para a realidade prisional, uma vez que é através do estudo das realidades vivenciadas (Guerra, 1995) que pode encontrar respostas mais efetivas.

De acordo com o Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil em 2007, o último

Censo Penitenciário Nacional ocorreu em 1997, ou seja, 21 anos depois não se tem novas análises que poderiam corroborar para o desenvolvimento de políticas públicas para homens e mulheres em privação de liberdade.

Faz-se, pois necessário à construção de pesquisas sobre a situação carcerária brasileira em prol de busca por alternativas que tragam melhorias não só para o que diz respeito a estrutura física, mas que gere avanço na condição de vida dos/as presos/as.

Outro fato importante a ser retratado diz respeito às mulheres negras em privação de liberdade, isto porque essas mulheres possuem duas especificidades que são violentadas, primeiro são negras então já sofriam os reflexos da discriminação e preconceito em sociedade e segundo estão em cárcere, análise esta que pode ainda ser complementada por Rosa e Onofre (2016) “se fora do espaço prisional a mulher negra sofre opressão, questionamo-nos o que significa ter esse perfil aliado a uma identidade que é tão discriminada, a identidade carcerária”.

Os/as negros/as apenas por uma questão de cor da pele são diariamente marginalizados/as. Existe um discurso histórico no qual o senso comum se baseia que afirma que negros/as são inferiores, isso para dar continuidade a supremacia dos brancos, dentre outros métodos utilizados para enraizar esse discurso está o mito da democracia racial<sup>1</sup> e a ideologia do embranquecimento<sup>2</sup>, esta para que haja cada vez mais a necessidade de ser ou parecer com brancos.

Essas teorias ideológicas, intensificadas desde o momento da escravidão persistem até hoje e por mais que essa tenha sido abolida suas marcas ainda estão presentes nas relações sociais, pois de diferentes formas o/a negro/a é explorado/a e excluído/a, “uma vez que ser negro é algo que impede estas pessoas tenham as mesmas vivências e oportunidades de pessoas não negras” (Rosa e Onofre, 2016, p.155).

Para confirmar essa afirmação e tendo por base a mulher negra, basta apenas analisar o tipo de emprego posto para as mesmas que é associado apenas ao trabalho doméstico. Por isso, torna-se constrangedor na sociedade atual ver negros/as ocupando lugares tidos como de brancos, como universidades, mas esse processo de estranhamento não ocorre quando se percebe a quantidade de pessoas negras em regime privado de liberdade.

Sendo assim, estas pessoas tidas como minorias estão mais a mercê das expressões da questão social e é importante que se compreenda as consequências desse fato, o número maior de mulheres negras em relação a brancas que estão presas não é por acaso, estas são vítimas do capital antes mesmo de adentrar o sistema prisional.

Cabe então entender até onde o processo de negação da liberdade dessas mulheres

---

1. A democracia racial é um termo utilizado para afirmar a crença que não existe mais discriminação ou preconceito por diferenças de raças, foi apresentado por Gilberto Freyre.

2. A ideologia do embranquecimento prega a necessidade de pessoas negras parecerem e adquirirem cada vez mais valores e costumes de pessoas brancas, corroborando também com o mito da democracia racial, uma vez que também afirma que não existem diferenças raciais no Brasil.

atinge a subjetividade das mesmas, visto que as marcas do meio externo precisam ser abandonadas para que se possa viver em uma sociedade a parte, no caso as cadeias, pois ao entrarem nessas instituições as mulheres são, na maioria das vezes, abandonadas pelos familiares, se afastam dos/as filhos/as, perde o direito de ter seus pertences e até seus documentos para se adequar a uma nova realidade, vestir um fardamento e atender as regras e condutas de uma gestão ou as próprias normas estabelecidas pelas mulheres encarceradas, o que mostra, mais uma vez, a emergência em se tratar sobre as reais vivências destas no ambiente penal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as respostas obtidas, pode-se concluir que os problemas sociais decorrentes das contradições inerentes ao sistema capitalista encontram-se praticamente em todas as respostas das mulheres em privação de liberdade, significando que os reflexos das desigualdades podem ser percebidos dentro do cárcere, principalmente no que se refere às relações sociais (desiguais) de gênero.

Por fim, cabe mais uma vez frisar o lugar pelo qual essas mulheres falam, essas que tem suas identidades construídas socialmente e não ocupam lugares iguais, mulheres invisíveis e silenciadas, que sofrem diariamente com os reflexos da violência, que são definidas como símbolo de reprodução e agora porque não dizer de produção? Mulheres que não possuem representatividade e tem seus corpos objetificados.

Portanto, pode se confirmar assim que as grades são desiguais, racistas, machistas, preconceituosas, punitivas e repressivas, sendo assim prendem mulheres negras e pobres vítimas das contradições inerentes à lógica capitalista.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**.

\_\_\_\_\_. **Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil**. Fevereiro, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 213 p. (III).

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: Fatos e mitos**, volume 1; Tradução de Sergio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. 38 ed. Petrópolis, Vozes, 2010, 291 p.

FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. **Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de**

**gênero.** Revista **Ártemis**, Paraíba, Vol. XVIII nº 1; jul-dez, 2014, p. 212-227.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social.** 9. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015. 495 p.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acolhimento 11, 12, 13, 16, 17, 18, 25, 58, 63, 69, 110, 145, 146, 202

Adoção 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

Adolescente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 83, 100, 101, 103, 107, 108, 109, 110, 165, 166, 175

Aposentadoria 175, 177, 178, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 202, 203, 207, 212

Assistência Social 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 31, 33, 44, 50, 51, 54, 57, 59, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 82, 83, 87, 88, 89, 93, 96, 98, 129, 130, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 181, 193, 194, 201, 202, 205, 209, 211, 212, 213, 215

Ato Infracional 6, 7, 8, 9, 10, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 34, 35, 38, 40, 41

### B

Brasil 2, 3, 4, 9, 10, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 24, 25, 27, 30, 35, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 55, 57, 59, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 82, 83, 86, 98, 106, 110, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 143, 149, 150, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 171, 173, 174, 176, 178, 179, 181, 182, 190, 191, 200, 201, 203, 204, 211, 213, 214

Brasileira 2, 3, 15, 27, 44, 46, 51, 52, 67, 71, 75, 82, 95, 125, 130, 132, 134, 137, 139, 157, 158, 163, 166, 170, 177, 180, 181, 191, 201, 211, 212, 213

### C

Capitalismo 5, 9, 19, 27, 82, 88, 109, 112, 113, 115, 117, 119, 120, 125, 126, 132, 133, 134, 140, 154, 155, 156, 165, 174, 200, 213

Conflito 1, 2, 6, 7, 8, 9, 23, 28, 29, 125, 146, 164

Criança 2, 3, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 26, 27, 30, 40, 41, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 81, 100, 103, 110, 144, 145, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 175

### D

Delegacia 141, 142, 143, 144, 145, 146

Desigualdade 24, 37, 79, 82, 105, 109, 112, 113, 119, 142, 156, 157, 179

Direito 1, 3, 6, 7, 9, 12, 15, 19, 20, 35, 37, 38, 48, 51, 52, 61, 66, 68, 70, 72, 77, 79, 85, 89, 107, 109, 110, 111, 118, 119, 124, 127, 129, 138, 151, 153, 154, 156, 159, 166, 167, 168, 170, 172, 179, 180, 181, 182, 188, 201, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

## E

Envelhecimento 175, 176, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 204, 206, 207, 211, 213, 214, 215

Estado 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 44, 45, 46, 48, 50, 57, 60, 61, 64, 66, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 101, 103, 104, 107, 109, 110, 118, 124, 125, 128, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 140, 144, 147, 150, 151, 152, 153, 157, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 179, 181, 196, 201, 208, 209, 211, 212, 213

## F

Família 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 16, 18, 20, 24, 32, 34, 38, 39, 48, 50, 58, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 94, 95, 105, 106, 109, 113, 114, 116, 118, 119, 127, 128, 146, 164, 165, 166, 167, 169, 175, 180, 182, 190, 199, 200, 201, 205, 207, 208, 209, 212, 213, 214, 215

Famílias 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 16, 17, 18, 33, 35, 37, 38, 43, 46, 47, 48, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 108, 118, 126, 146, 163, 166, 201

## G

Gênero 14, 57, 71, 78, 80, 100, 109, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 131, 134, 139, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 193, 194, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 212

## I

Idoso 176, 179, 180, 185, 190, 191, 198, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

Institucional 4, 11, 12, 13, 16, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 33, 90, 91, 92, 93, 124, 165, 167

## L

Lei 1, 2, 6, 7, 8, 9, 14, 15, 16, 18, 19, 23, 28, 29, 30, 40, 41, 45, 46, 49, 50, 51, 64, 69, 70, 74, 86, 87, 100, 107, 110, 127, 129, 130, 133, 136, 137, 139, 143, 147, 155, 156, 157, 162, 164, 165, 166, 167, 174, 176, 179, 190, 191, 199, 205, 207, 209, 210, 212, 213, 214

## M

Mãe 54, 58, 72, 78, 102, 107, 119, 162, 164, 166, 167, 169

Medida 4, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40, 68, 97, 116, 120, 124, 134, 135, 136, 143, 145, 185, 200

Mulheres 46, 54, 62, 78, 104, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 182, 194, 200, 201, 206, 211, 215

## **P**

Política 1, 2, 5, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 31, 40, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 96, 104, 107, 110, 114, 115, 124, 127, 130, 132, 133, 134, 136, 139, 143, 151, 153, 159, 162, 164, 165, 167, 168, 171, 174, 176, 179, 181, 182, 190, 191, 193, 194, 201, 202, 203, 210, 212, 213, 215

Política Pública 15, 68, 69, 70, 89, 130, 143, 210

Prática 1, 13, 19, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 34, 37, 60, 63, 74, 84, 86, 87, 88, 90, 91, 94, 123, 126, 144, 170, 171, 172, 175, 181

Prisional 133, 136, 137, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158

Promoção da Saúde 42, 45, 49, 50, 178

## **Q**

Questão Social 4, 6, 7, 9, 10, 14, 24, 27, 32, 39, 56, 59, 60, 61, 66, 67, 77, 80, 82, 85, 86, 88, 89, 98, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 160, 168, 170, 173, 179, 201

## **R**

Rede 13, 14, 17, 18, 33, 34, 36, 37, 38, 43, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 91, 92, 93, 94, 102, 103, 109, 123, 129, 130, 131, 143, 167, 169, 173, 189, 210, 215

## **S**

Saúde 5, 14, 15, 17, 19, 34, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 93, 96, 100, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 124, 129, 130, 131, 136, 139, 143, 144, 150, 155, 157, 161, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 177, 178, 179, 181, 188, 189, 191, 194, 195, 201, 202, 203, 206, 209, 210, 212, 214, 215

Serviço Social 1, 10, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 40, 41, 42, 53, 55, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 74, 75, 76, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 109, 110, 111, 121, 132, 133, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 160, 161, 169, 174, 177, 191, 193, 206, 215

Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 110, 111, 113,

114, 115, 116, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215

Sociedade 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 19, 24, 27, 28, 32, 37, 39, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 59, 60, 62, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 89, 94, 95, 96, 97, 104, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 125, 126, 127, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 142, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 176, 177, 179, 180, 181, 185, 187, 189, 191, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 207, 208, 211, 214

Socioassistencial 33, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 70, 71, 87, 167, 169, 215

Socioeducativa 13, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40

Sujeito 6, 23, 25, 30, 43, 44, 47, 49, 50, 57, 68, 73, 74, 108, 124, 125, 136, 154, 162, 177, 178, 181, 187, 189, 200

## T

Trabalho 3, 4, 5, 7, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 105, 110, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 149, 152, 154, 156, 157, 158, 160, 161, 163, 164, 168, 169, 172, 173, 175, 177, 178, 181, 182, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 198, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214

## V

Violência 1, 7, 10, 12, 22, 25, 27, 34, 35, 36, 38, 43, 44, 45, 47, 52, 60, 62, 67, 71, 92, 95, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 150, 151, 154, 159, 208, 215

# Processos de Subjetivação no Serviço Social

## 4

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](#) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

**Ano 2020**

# Processos de Subjetivação no Serviço Social

## 4

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

**Ano 2020**